



DESPACHO

De: Setor de Construção e Conservação – Engenharia Civil (SMTOSU)

Para: Setor de Licitações

Em resumo, a parte impugnante sustenta que a exigência de registro dos licitantes e responsáveis técnicos exclusivamente no CREA/CAU, como condição de habilitação técnica prevista no Edital ora questionado, estaria limitando a competitividade e infringindo a legislação federal, ao excluir outros profissionais ou pessoas jurídicas devidamente habilitados pelo CRT-ES.

Assim, solicita a revisão do presente edital para a: *“e inclusão da obrigatoriedade do profissional/pessoa jurídica poder estar devidamente habilitado/registrado no Conselho Regional dos Técnicos Industriais do Espírito Santo – CRT/ES no Edital bem como no Termo de Referência, como requisito/forma de qualificação técnica, e a inclusão do Conselho Regional dos Técnicos Industriais do Espírito Santo – CRT-ES como o órgão de fiscalização do profissional técnico industrial assim como o TRT – Termo de Responsabilidade Técnica, conforme o caso e onde couber, para legitimar o exercício da profissão do técnico industrial e não para excluir qualquer outro órgão aqui exigido como forma de habilitação”*.

Entende-se como improcedente a impugnação apresentada, uma vez que o objeto contratual não se relaciona diretamente com as atribuições da profissão de Técnico Industrial na área da Construção Civil, conforme estabelece a Resolução nº 108, de 08 de outubro de 2020 do Conselho Federal dos Técnicos Industriais:

*Art. 5º. Para os efeitos e entendimento do disposto no art. 4º, § 1º, do Decreto 90.922, de 6 de fevereiro de 1985 no limite das prerrogativas e atribuições da Técnico em Edificações e do Técnico em Construção Civi para projetar e dirigir obras, observar-se-á a área de **80m²** com a estrutura necessária.*





Considerando que o objeto previsto neste edital se refere a uma obra de reforma com área total de 509,12 m², faz-se obrigatória a participação de profissional legalmente habilitado, arquiteto ou engenheiro, para a execução dos serviços, em conformidade com as normas vigentes e as atribuições estabelecidas pelos respectivos conselhos de classe.

Dessa forma, não há fundamento na alegação do impugnante, uma vez que está evidente que o objeto do certame excede o campo de atuação dos Técnicos Industriais, conforme estabelecido pela regulamentação do seu respectivo Conselho.

Itarana/ES, 15 de maio de 2025

Assinado por ENYANDE DE OLIVEIRA BOTELHO BALDOTTO 102.***.***
MUNICÍPIO DE ITARANA
16/05/2025 08:31:08

Assinado por CARLA DEMONER MALTA
152.***.***
MUNICÍPIO DE ITARANA
15/05/2025 10:48:03

Carla Demoner Malta
Arquiteta e Urbanista CAU A232085-1
Responsável Técnico PMI

Assinado por GABRIEL PESENTE PIOROTTI
140.***.***
MUNICÍPIO DE ITARANA
15/05/2025 10:49:08

Gabriel Pesente Piorotti
Engenheiro Civil CREA ES-052453/D
Responsável Técnico PMI

João Bosco Dal Col De Martin
Engenheiro Civil CREA ES-043192/D
Responsável Técnico PMI

